

OS INTINERANTES DO ALTO SERTÃO SERGIPANO FRENTE AO AVANÇO DA MONOPOLIZAÇÃO DA TERRA

Maria Morgana Santos Santana¹
Hericondio Santos Conceição²

Resumo

As transformações oriundas pela lógica do capital repercutiram diretamente no avanço do processo de monopolização, e territorialização do capital no campo brasileiro. Assim, engendrou inúmeras problemáticas como expropriação de camponeses, ampliação da miséria, e uma exacerbada mobilidade do trabalho. O presente artigo busca analisar a materialização dessas problemáticas no Alto Sertão Sergipano. Para fazermos essa análise buscamos leituras bibliográficas de autores que abordam a temática ancorados em uma visão dialética de mundo, e inserida na totalidade das relações sociais historicamente estabelecidas, além do campo com perguntas sistematizadas. Os resultados revelaram que o capital expropria o campesinato, e os colocam em uma condição de miserabilidade tamanha que os mesmos acabam sendo forçados indiretamente a venderem a única coisa que lhes restam, ou seja a força de trabalho fora do seu lugar de origem.

Palavras-chave: Campesinato, Capital, monopolização da produção

Introdução

A miséria, a expropriação, e a mobilidade do trabalho são mazelas sociais que foram intensificadas no campo brasileiro após a década de 1970, sobretudo porque é o período marcado por uma nova reestruturação produtiva que renova as alianças com a tríade (Estado-Capital-Trabalho), que amplia consideravelmente o caráter soioimentabólico do capital, que tende a concentrar, e centralizar riqueza ampliando cada vez mais as desigualdades sociais tanto no campo quanto na cidades.

Dessa forma, em meio a espacialização da pobreza, o Estado passa a ser um grande sustentáculo na mediação do conflito capital x Trabalho. E vale ressaltar que o campo brasileiro reflete de forma esplêndida o aprofundamento da lógica desigual e combinada do capitl.

Assim, podemos afirmar que riqueza- pobreza é um par dialético, uma vez que uma não existe sem a presença da outra. Como elucida Campos (2011) “a pobreza não é um fenômeno natural inerente à existência da totalidade ou de uma parcela da humanidade em um determinado tempo e lugar; ao contrário, a pobreza é produzida e reproduzida socialmente”.

Partindo da ideia que a pobreza é produzida e engendrada pela separação dos meios de produção, e negação da riqueza gerada aos trabalhadores do campo ou da cidade, essa separação que parece simplória, contudo engendra um processo contínuo de alienação. Uma vez que, Martins (2002) explica que a partir do momento que o camponês é inserido na divisão social do trabalho, e passa a se especializar em um produto específico, este indivíduo passa, então a fazer parte de uma rotina desconhecida, pois a lógica do mercado conduz uma vida de incertezas, e de pobreza. Como também, explica Oliveira (2004) a seguir.

O desenvolvimento, portanto da agricultura (via industrialização) revela que o capitalismo está contraditoriamente unificado o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Essa unificação está sendo possível porque o capitalista se tornou também proprietário das terras, latifundiário, portanto. Isso se deu igualmente, também porque o capital desenvolveu laços de sujeição que funcionam como amarras ao campesinato, fazendo com que ele às vezes produza exclusivamente para indústria. (p.41 a 42)

Na maioria das vezes quando há monopolização da terra camponesa, o capital se apropria da produção, mas ele engendra as condições necessárias para o campesinato continuar na terra. Diferentemente do processo de territorialização do território que exporia totalmente os sujeitos oriundos da terra.

Nessa perspectiva, o presente artigo busca analisar expropriação de camponeses, ampliação da miséria, e uma exacerbada mobilidade do trabalho no Alto Sertão Sergipano frente ao processo de monopolização da produção camponesa.

Metodologia

A análise estudada busca analisar as contradições materializadas no campo oriundas da lógica desigual e combinada do capital, que tender a ampliar cada vez mais as problemática como a miséria, a expropriação e a mobilidade do trabalho em comunidades camponesas no Alto Sertão Sergipano. O presente artigo está ancorado no Materialismo Histórico Dialético. Tal procedimento lê o espaço a partir das contradições materializadas no mesmo. Ao evidenciar que a última categoria é resultado e resultante de relações de produção. Foram feitas leituras bibliográficas de autores que abordam a temática (especialmente geógrafos, historiadores e sociólogos) que possuem uma visão dialética de mundo fundamentada na totalidade das relações sociais historicamente estabelecidas, além de pesquisas de campo por meio de entrevistas estruturadas e semiestruturadas que buscaram os sujeitos sociais que vivenciam tal realidade.

A materialização das contradições no campo brasileiro frente a modernização da agricultura.

De acordo com Oliveira (2004) o campo brasileiro está marcado pelo processo de monopolização e da territorialização do capital, no qual a expropriação, o assalariamento e a mobilidade do trabalho se tornam mais evidentes. Ao tempo, que expropria o campesinato tornando-o assalariado, engendra relações não capitalistas no campo, desse modo alimenta a sua lógica de ampliação do lucro.

A terra é fundamental para garantia do processo sociometabólico do capital, para a extração do mais valor, seja através da monopolização da produção, ou da territorialização do território, como também da extração da renda da terra (CONCEIÇÃO, 2007).

Nas últimas décadas com a mundialização do capital as Políticas Públicas implantadas no campo, na sua maioria, mascaram o reordenamento da divisão social e territorial do trabalho. As Políticas Públicas no espaço agrário consolidam o modelo do agronegócio na lógica concentradora de terras, de tecnologia e de riquezas, e antes de constituir saída para o camponês e a camponesa, sua proposta de territorialização amplia e consolida o seu controle sociometabólico.

Através das políticas de crédito, tem crescido a expropriação da produção familiar, e o assalariamento direto nas áreas do agronegócio. O desemprego intensifica a mobilidade do trabalho. O trabalho se torna móvel para o capital para a garantia da acumulação capitalista. “Os homens não se deslocam, portanto (no sentido lato de um espaço pluridimensional) por melhores salários, mas para satisfazerem as exigências do capital” (GAUDEMAR, 1977, p.278).

Para Gaudemar (ibidem) não há reprodução ampliada do capital sem a mobilidade do trabalho. A mobilidade do trabalho permite a redução da força de trabalho.

Que nas últimas décadas as transformações econômicas no contexto da reestruturação produtiva repercutem nas formas de produção e organização da relação de trabalho, notadamente nas formas de sua mobilidade.

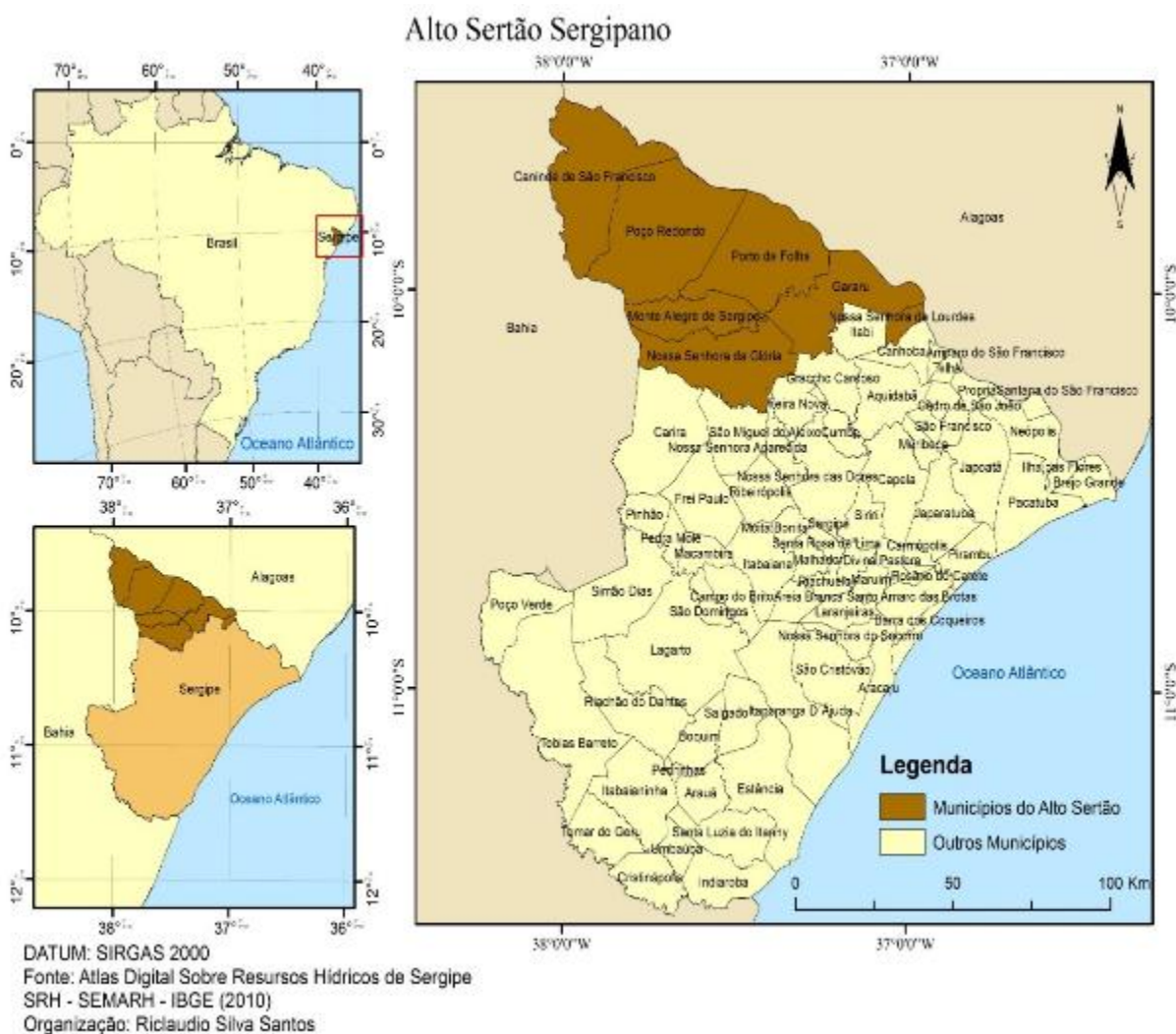
O discurso da modernização do campo, ao tempo que reforça o processo da monopolização e da territorialização do capital, acentua a expulsão dos camponeses da unidade de produção familiar, à medida que permite o processo de subsumção do trabalho ao capital. Desprovidos de possibilidades da terra como condição de vida, o Estado, pela coação, impõe um discurso velado da submissão ao capital à medida que favorece a crescente mobilidade do trabalho. (CONCEIÇÃO, 2007, p.79)

Esta realidade pode ser observada no Alto Sertão Sergipano, com a expansão do monocultivo do milho, que tem modificado as relações de autonomia camponesa. Na lógica do lucro o capital tem conduzido camponesas, e camponeses, a se tornarem assalariados, por meio da expropriação de seu meio de produção, a terra.

Neste cenário, famílias camponesas têm usado esse crédito para manter sua família, e são forçados a não aplicarem diretamente na produção agrícola como foi determinado pelo banco, pois, a regra fora o de seguir à risca o pacote do agronegócio do milho.

Em poucos anos, (conforme depoimentos recolhidos na localidade), os camponeses estão submersos em altas dívidas aos bancos. Dívidas essas, que não conseguem pagar, pois, o que conseguiram retirar do excedente produzido mal dava para manter a família. Diante dessa situação a mobilidade do trabalho se expande conduzindo esses sujeitos a um movimento sazonal, que os leva para grandes cidades como São Paulo e Goiás.

Diante desse quadro é nosso objetivo analisarmos essa situação, baseado no lócus evidenciado através do mapa a seguir.



Ampliação da miséria, da expropriação e da mobilidade trabalho diante o processo de modernização da agricultura

Até meados da década de 1980, o campo brasileiro era denominado como o “espaço do atraso”, da miséria e da materialização das desigualdades, enquanto as cidades eram exemplos de modernidade e avanços tecnológicos. Desse modo, permeava-se um discurso falacioso e dicotômico nos veículos de comunicação, como rádio, TV, jornais impressos e até

mesmo nos livros didáticos. Diante deste novo contexto nasce um discurso pautado (Novo Mundo Rural) como é destacado por Conceição (2013) como “A ideologia da concepção de um Novo Rural irá consolidar a negação da necessidade da questão agrária como condição fundante para políticas públicas de reforma agrária”

Nos últimos anos o Governo local em consonância com o Governo Federal tem direcionado políticas públicas para o desenvolvimento territorial visando atrair investimentos privados para o agronegócio com a consolidação do tripé: Estado-capital-mercado no processo da mundialização do capital e da financeirização da economia, no que se convencionou denominar o Novo Mundo Rural. Advinda como uma nova categoria, capitaneada pelos impactos da abertura comercial e determinada pelo modelo hegemônico do capital, a agricultura familiar surge no contexto do Novo Mundo Rural. (CONCEIÇÃO, 2002, p. 2)

De acordo com Souza (2011, p. 90),

A reestruturação global baseada na acumulação flexível traz um novo cenário nas relações econômicas, políticas e sociais do sistema capitalista. Na era do capital mundializado as relações de trabalho tornam-se mais precarizadas intensificando as formas de exploração em todos os ramos produtivos.

[...]

O processo de financeirização da economia traz novos formatos de atuação das empresas multinacionais e transnacionais, que tendo o suporte das políticas direcionadas a partir do liberalismo econômico facilita uma maior expansão de capitais, ocorrendo uma nova divisão do trabalho em nível mundial. Na medida em que as novas tecnologias impõem formas de produção intensificadas de trabalho, o novo regime de acumulação mundialmente financeirizada ao mesmo tempo em que possibilita um alto grau de produtividade faz dos trabalhadores verdadeiros escravos para o capital. (SOUZA, 2011, p. 90)

Dessa forma, podemos ver o avanço das contradições oriundas do caráter desigual e combinado do capital, pois ao mesmo tempo em que há um processo de modernização no campo brasileiro, ao mesmo tempo ele amplia consideravelmente as desigualdades emergindo cada vez mais pobreza, expropriação da terra, avançando a mobilidade do trabalho, e as várias formas de precarização. Como explica a autora a seguir.

Não há equilíbrio de forças entre a agricultura camponesa e as atividades agroindustriais, ao contrário, temos tido desde a década de 1970 um acelerado processo de expulsão da agricultura camponesa, com forte tendência a diminuição crescente dos produtos alimentares de subsistência. Sem condições de resistirem ao agronegócio e permanecerem nas unidades de produção camponesa são obrigadas a se submeterem a expansão do agronegócio, ou mesmo perderem suas terras e tornarem-se andarilhos no ciclo do capital. Entretanto, antes de representar a desconcentração da terra, a modernização da agricultura a política de valorização e acesso à terra tem resultado na expropriação dos pequenos proprietários e na mobilidade do trabalho do campo para a cidade (principalmente internamente) intensificando o processo de urbanização e reproduzindo as desigualdades sociais, a níveis locais e sub-regionais. (CONCEIÇÃO, 2013, pp.84-85)

O agronegócio torna-se uma grande estratégia de acumulação contra a Reforma Agrária uma vez que a velha e a nova configuração da paisagem passam a ser permanentes e amplificadas pelos latifúndios em meio ao monocultivo, seja ele de soja, de milho ou cana de açúcar, pois, nesse novo/velho cenário, as relações de produção não perdem seu caráter de exploração, uma vez que, a terra não cumpre seu papel social, mas discursa ideologicamente em prol do agronegócio afirmando que este tem uma grande influência no desenvolvimento econômico do país.

Evidentemente que, como integrantes das forças políticas dominantes, os grupos empresariais e empresários/as do agronegócio produzem discursos que escamoteiam esse caráter de classe, e se apresentam como agentes meramente econômicos, quando na verdade também atuam na esfera política, incidindo sobre as decisões governamentais desde a escala local até a nacional, e produzem ideologia. Na acepção marxista desse conceito, com a qual concordamos, a ideologia está sempre associada ao uso das ideias para dominar, para velar e/ ou inverter a realidade. (CAMPOS, 2011, P.107).

Que o discurso ideológico da modernização dolorosa faz com que à lógica do agronegócio se espacialize por todo território nacional, e mantendo relações retrógradas como monocultivo da terra em grandes propriedades, e o trabalho totalmente precarizado, além de engendrar dois grandes processos como o da monopolização, e territorialização da terra como explica os autores a seguir.

O discurso da modernização do campo, ao tempo que reforça o processo da monopolização e da territorialização do capital, acentua a

expulsão dos camponeses da unidade de produção familiar, à medida que permite o processo de subsunção do trabalho ao capital. Desprovidos de possibilidades da terra como condição de vida, o Estado, pela coação, impõe um discurso velado da submissão ao capital à medida que favorece a crescente mobilidade do trabalho. (CONCEIÇÃO, 2007, p.79)

(...) O campo está também, contraditoriamente, marcado pela expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a em capital. Aqui, o capital não se territorializa, mas monopoliza o território marcado pela produção camponesa. (Oliveira, 2004.p.41)

Esta realidade pode ser observada no Alto Sertão Sergipano, sobretudo com o avanço da monopolização da produção através do agronegócio do milho passa a transformar as relações sociais, sobretudo na perda da autonomia camponesa. Assim a lógica do capital conduz essa população a se tornarem itinerantes em busca de trabalho nas cidades circunvizinhas, ou em outros estados.

Neste cenário, inúmeras famílias do Alto Sertão Sergipano, sobretudo de Poço Redondo têm usado esse crédito para se sustentarem onde são forçados a não aplicarem diretamente na produção agrícola, como foi determinado pelo banco pois, foram-lhes impostas algumas regras de contrato que, caso fossem descumpridas, comprometeriam o benefício do crédito dado pelo banco para seguirem com as políticas sobre o pacote do agronegócio do milho.

Em poucos anos, (conforme depoimentos recolhidos na localidade), os camponeses estão devendo aos bancos quantias absurdas que, obviamente, não conseguem quitar pois o que conseguiam retirar do excedente produzido mal dava para manter a família. Diante dessa situação, a mobilidade do trabalho se expande conduzindo esses sujeitos a um movimento sazonal que os leva para grandes cidades como São Paulo e Goiás.

De fato, esses fatores são altamente preocupantes uma vez que o histórico do campesinato é composto por lutas contra a lógica perversa do capital porque os mesmos buscam pela autonomia, visando que camponeses tenham um modo de vida totalmente diferenciada da lógica imposta pelos pacotes montados do agronegócio.

Contudo, há um grupo de camponeses que vivenciam esse processo, mas buscam lutar contra essa lógica, que é o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que está no Alto Sertão Sergipano desde da década de 1999, mas enfrenta inúmeras problemática, uma vez que, as políticas públicas são em sua maioria voltadas para atender os pacotes do agronegócio, enquanto eles buscam pela autonomia e soberania alimentar que foge totalmente da lógica imposta pelo capital financeiro.

Considerações finais

Para Gaudemar (1977) a mobilidade da força de trabalho é introduzida, em primeiro lugar, como condição de exercício da sua “liberdade” de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar mercadoria. O capital, além de submeter o homem à condição de objeto, procura formas de torná-lo submisso a este regime a partir da exploração do trabalho humano.

Ao buscar melhorar suas condições de sobrevivência e impedido de permanecer na própria terra, o camponês vende sua força de trabalho para o capital. O trabalhador não tem outra opção a não ser deslocar-se para onde essa possibilidade pode ser “possível”. Comparados a andarilhos rumo ao capital financeiro, Conceição (2007) afirma que os camponeses vivem incessantemente à procura de trabalho para sobrevivência e sustento familiar. O capitalista se apropria dessa força de trabalho e a submete aos seus desejos.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS** / Christiane --1.ed.—Buenos Aires :clacso, 2011 208 p. : fots., graf., mapas. --(clacso-crop)

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A questão camponesa: o olhar sob o signo dialético**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em geografia da universidade federal de Sergipe. Aracaju-1991.

_____. **Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio**, meridiano – revista de geografia, número 2, 2013 – versão digital. <http://www.revistameridiano.org/>

_____. **Jovens andarilhos no curto ciclo do capital**. revistaokara: geografia em debate, v.1, n.1p. 1-152, 2007.

_____. **A expansão do agronegócio no campo de Sergipe**. geonordeste, ano xxii, n.2 (DESSA AQUI FALTA O ANO) João pessoa, pb, dgeoc/ccen/ufpb-<http://www.okara.ufpb.br>.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Editorial estampa, Lisboa, 1977, para língua portuguesa.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **O campo no século XXI- Geografia Agrária: Perspectiva no início do século XXI**. São Paulo. Editora Casa Amarela- Editora paz e terra, 2004.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e território a questão camponesa no capitalismo**/Eliane Tomasi paulino. 1ªed. São Paulo; expressão popular, 2010, 122p. (geografia em movimento)

SOUZA, Deyse Maria. **Do Chão da Terra ao Chão da Fábrica as Formas Contraditórias da Apropriação do Capital no Espaço Agrário**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em geografia da universidade federal de Sergipe. Aracaju-2011.



GEOGRAFIA DAS REDES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

resistência e rebeldia desde baixo nos territórios de vida

CURITIBA, 1 A 5 DE NOVEMBRO DE 2017